

Candidatos empresários se tornam políticos melhores? Novas evidências para o Brasil^a

Do Business Candidates Become Better Politicians? New Evidence for Brazil

Savio Luan da Costa Oliveira^b 

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Economia, João Pessoa, Brasil

Jevuks Matheus de Araujo^c 

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Economia, João Pessoa, Brasil

Wallace Farias Souza^d 

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Economia, João Pessoa, Brasil

Resumo: O perfil de quem é eleito importa para o tipo de política implementada? Este estudo investiga empiricamente se prefeitos com experiência prévia, como empresários no Brasil, geram resultados de gestão distintos. Utilizando um Desenho de Regressão de Descontinuidade (RDD) aplicado a eleições municipais acirradas, comparamos municípios onde um candidato empresário venceu por uma margem mínima com aqueles onde outros candidatos venceram em condições eleitorais semelhantes. Os resultados apontam de forma consistente que prefeitos com histórico empresarial não se diferenciam dos demais em uma série de variáveis analisadas, abrangendo indicadores de desenvolvimento econômico (como crescimento do PIB), desenvolvimento social (incluindo gastos com educação e assistência, e nota do IDEB) e qualidade da saúde municipal (índice de cobertura vacinal). Conclui-se que, para o conjunto de políticas e dados examinados no contexto brasileiro, a experiência prévia como empresário não se demonstrou um fator determinante para uma gestão municipal mais eficaz.

Palavras-chave: Carreiras políticas. Prefeitos empresários. Desenho de Regressão de Descontinuidade.

Editor responsável: Victor Cruz e Silva

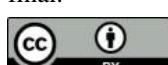
^a Submissão: 19/01/2023 | Aprovação: 01/06/2025 | DOI: 10.5380/re.v46i89.89468

^b savio.economics@gmail.com

^c jevuks@gmail.com

^d wpsfarias@gmail.com

Todos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final.



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Abstract: Does the profile of those who are elected matter for the type of policy implemented? This study empirically investigates whether mayors in Brazil with prior experience as entrepreneurs achieve different governance outcomes. Using a Regression Discontinuity Design (RDD) applied to closely contested municipal elections, the research compares municipalities where a businessperson candidate narrowly won with those where other candidates narrowly prevailed under similar electoral conditions. The results consistently indicate that mayors with a business background do not differ from others across a range of analyzed variables, encompassing economic development indicators (such as GDP growth), social development metrics (including spending on education and social assistance, and IDEB scores), and municipal health quality (vaccination coverage rates). It is concluded that, for the set of policies and outcomes examined within the Brazilian context, prior business experience did not prove to be a determining factor for distinct governmental performance

Keywords: Political Careers. Businessman Mayors. Regression Discontinuity Design.

JEL: D72. K16.

1. Introdução

A conexão entre negócios e política é bastante comum ao redor do mundo. Nos EUA, por exemplo, ao menos sete empresários já assumiram o posto de presidente da república¹. Várias são as razões pelas quais um empresário pode decidir participar da política. Assim como qualquer indivíduo, candidatos a cargos públicos possuem motivações individuais. Além das prospecções de carreiras tradicionais, como bons salários, status e rede de contatos, os empresários também podem estar interessados em extrair benefícios privados para sua firma ou setor (*rent-seeking*). Neste sentido, Feng, Johansson e Zhang (2015), mostram que a participação de empresários chineses na política está associada a uma melhora subsequente na performance das suas firmas. Elas obtêm mais acesso à crédito, benefícios tributários e subsídios. Outros artigos apontam na mesma direção, como Fisman (2001) para o caso da Indonésia; Claessens, Feijen e Laeven (2008) para o Brasil; e Faccio, Masulis e McConnell (2006) e Faccio (2006) para análises *cross-country*.

Sob outra perspectiva, há uma discussão na literatura que busca compreender qual é o tipo de ambiente institucional que favorece o surgimento de candidatos empresários. Gehlbach, Sonin e Zhuravskaya (2010) propõem um modelo que sugere, dentre outras coisas, que empresários são menos propensos a se candidatar onde as instituições que garantem *accountability* são consolidadas. Eles argumentam que, nesses casos, existe pouco espaço para grupos de interesse influenciarem a política pública. Os autores testam essa previsão usando dados para a Rússia e obtêm resultados que mostram que regiões com mais liberdade de imprensa e transparência governamental têm menos candidatos empresários.

A despeito desses resultados documentados, a experiência de gestão no setor privado que os empresários possuem pode ser um fator positivo para a carreira na política, e geralmente, isso é apontado como sinal de competência pelos próprios candidatos. No entanto, as consequências práticas resultantes de empresários desempenharem a função de *policymakers* para a administração pública são pouco exploradas. Em um dos poucos estudos analisando essa relação, Neumeier (2018) investiga o caso de governadores com experiência como empresários nos EUA, demonstrando que empresários tendem a vencer eleições

¹ Notadamente: Warren Harding; Herbert Hoover; Harry S. Truman; Jimmy Carter; George H.W. Bush; George W. Bush e Donald Trump.

em períodos de dificuldade fiscal. O estudo também aponta que o mandato desses governadores está associado a um maior crescimento da renda e do estoque de capital privado, assim como menor índice de desemprego. Dreher *et al.* (2009), em uma análise para 72 países, mostram que políticos com *background* como empresários ou cientistas têm maior tendência a realizar reformas econômicas.

No presente artigo, é explorado o contexto da política local brasileira, para investigar a incidência de prefeitos eleitos com experiência prévia como empresários. Mais especificamente, analisamos o impacto da eleição de um prefeito que possui experiência como empresário na qualidade da gestão municipal. Usando um Desenho de Regressão de Descontinuidade (RDD - *Regression Discontinuity Design*) em eleições acirradas, é feita a comparação de municípios que tiveram um candidato que possui experiência como empresário eleito para prefeito com municípios que não o tiveram, por uma margem mínima de votos. Na maioria dos resultados investigados, não foram encontradas evidências de que esses prefeitos adotem políticas diferentes dos demais.

Esse estudo contribui com a literatura que investiga como o perfil do político pode impactar a performance do governo e a agenda de políticas públicas adotadas. Para além da já conhecida importância da qualidade das instituições para o desenvolvimento econômico, um robusto conjunto de evidências empíricas recentes aponta que as características de quem governa também são cruciais para os resultados políticos e administrativos. Nessa perspectiva, o trabalho de Besley, Montalvo e Reynal-Querol (2011) demonstra, a partir de dados *cross-country*, que nações lideradas por governantes com maior nível de escolaridade tendem a alcançar melhor desempenho econômico. No cenário brasileiro, Brollo e Troiano (2016) apontam que prefeitas se envolvem significativamente menos em práticas de corrupção em comparação com prefeitos, enquanto Alesina, Troiano e Cassidy (2019) documentam que políticos mais jovens tendem a expandir mais os gastos e a assegurar um volume maior de transferências do governo central durante os anos eleitorais.

Nesse contexto, em que uma onda recente de pesquisas – fomentada pela crescente disponibilidade de dados eleitorais detalhados – busca elucidar como atributos pessoais específicos dos políticos podem influenciar suas decisões e o curso das políticas, este estudo apresenta contribuições particularmente relevantes. O presente artigo avança ao fornecer evidências sobre o impacto de uma

característica distintiva, – a experiência prévia como empresário, – no desempenho dos prefeitos, um tema de crescente interesse público, mas com exploração acadêmica ainda necessitando de maior aprofundamento causal no contexto brasileiro. Adicionalmente, o estudo enriquece a literatura ao focar na política local de um país em desenvolvimento, analisando os municípios brasileiros, onde a gestão municipal eficiente é vital e as dinâmicas eleitorais apresentam complexidades próprias. Dessa forma, esta análise não apenas preenche uma lacuna na pesquisa, mas também oferece informações para qualificar o debate público e subsidiar a tomada de decisão do eleitorado, ao examinar as consequências concretas de eleger candidatos com diferentes perfis profissionais.

Esse estudo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, a seção 2 apresenta os dados e a estratégia empírica adotada, a seção 3 mostra os resultados e, por fim, as considerações apropriadas.

2. Estratégia empírica

2.1 Dados e estatísticas descritivas

O Brasil é uma república federativa, dividido em 26 estados mais o distrito federal. Atualmente, existem 5.570 municípios, que são a menor unidade administrativa de governo. Cada município tem um prefeito eleito e um grupo de vereadores que compõem o legislativo municipal. As eleições ocorrem a cada quatro anos e são decididas por maioria simples em apenas um turno quando o município tem menos de 200 mil eleitores registrados. Nos demais municípios, podem ser realizados dois turnos caso nenhum candidato obtenha a maioria dos votos válidos no primeiro turno. Apenas 103 municípios brasileiros (1,83%) possuem mais de 200 mil eleitores. Um prefeito pode concorrer à reeleição e governar por dois mandatos consecutivos.

Esse artigo utiliza dados referentes à três eleições: 2004, 2008 e 2012 e 2016. A forma como as profissões são definidas é padronizada apenas após 2004, e como uma das covariadas mais importantes das estimativas é o PIB municipal, – disponível somente até 2021, – optou-se pela escolha desses quatro ciclos. Os dados eleitorais e pessoais são provenientes do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Nessa base, extraímos informações sobre as quantidades de votos obtidos nas eleições, assim como as características pessoais dos candidatos: gênero, raça, idade, estado civil, grau de escolaridade e ocupação.

Além dos dados eleitorais e dos candidatos, também são utilizadas informações municipais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do FINBRA (Finanças do Brasil - Tesouro Nacional), do DATASUS (Ministério da Saúde), e do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Do IBGE, foram extraídos dados sobre a população e o PIB a nível municipal. Do FINBRA, arrecadação através do IPTU, gastos com educação e com assistência social. Do DATASUS, a taxa de cobertura vacinal municipal². Por fim, do INEP, notas do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Analizando os dados apresentados na tabela 1, percebe-se que existe uma diferença estatisticamente significante entre o percentual de homens e mulheres, bem como na taxa de cobertura vacinal. No grupo de tratamento (prefeitos empresários), existe em média 2,4 pontos percentuais (p.p) a mais de homens em comparação ao grupo de controle (prefeitos não-empresários). Por outro lado, o grupo de tratamento possui uma taxa de cobertura vacinal 1,4 p.p. menor. Em relação as variáveis de escolaridade, não existe diferença estatisticamente significante entre os grupos, assim como população, valor da arrecadação via IPTU, quantidade de alunos, gastos em educação e assistência e variação do IDEB. Em relação à variação do PIB, existe uma diferença no crescimento em favor do grupo tratado, mas significativa apenas à 10%.

² De acordo com o Ministério da Saúde, a taxa de cobertura vacinal é o número total de doses aplicadas dividido pela população alvo de uma campanha de vacinação específica e multiplicado por 100. Nesse caso, a nossa variável de cobertura vacinal será uma média municipal dessa taxa para as campanhas de vacinação contra hepatite B, sarampo, rubéola, caxumba, difteria, tétano, coqueluche, pneumonia por *haemophilus influenzae* e poliomielite, que têm como população alvo crianças de até 1 ano de idade.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Variável	Tratamento	Controle	Diferença	p-valor	Obs.
Homens (%)	94,9	92,5	2,4	0,004	3.379
Ensino Superior (%)	26,3	25,3	1,0	0,509	3.379
Ensino Médio (%)	17,5	19,5	2,0	0,141	3.379
População	36.519	31.236	5.283	0,444	3.379
Δ PIB(%)	28,33	20,26	8,07	0,086	3.379
Arrecadação com IPTU (R\$)	4.370	4.802	-432	0,625	2.785
Alunos Matriculados	3.724	3.914	-190	0,457	2.524
Gastos em Educação (R\$)	40.094	37.530	2.564	0,720	2.490
Gastos em Assistência (R\$)	5.095	4.372	723	0,503	2.490
Δ IDEB (%)	9,4	10,2	-0,8	0,172	2.206
Cobertura Vacinal	78,7	80,1	-1,4	0,005	3.379

Nota: o grupo de tratamento são os municípios onde empresários se tornaram prefeitos e o grupo de controle são municípios onde não-empresários venceram a disputa. A variável “Homens” é a média do percentual de prefeitos que são do sexo masculino; “Ensino Superior” e “Ensino Médio” são a média do percentual de prefeitos que possuem esses níveis de escolaridade; “Gastos Educação” é o gasto médio para todo o mandato em educação; “Gastos Assistência” é o gasto médio para todo o mandato em assistência social; “Δ PIB” é a variação percentual do PIB entre o primeiro e o último ano do mandato. “Δ IDEB” é a variação percentual do IDEB médio entre o primeiro e o terceiro ano do mandato, considerando apenas escolas públicas municipais. As demais variáveis (população; arrecadação com IPTU; alunos matriculados; gastos com educação e assistência e cobertura vacinal) são médias anuais para o mandato. As variáveis em R\$ estão todas divididas por mil e deflacionadas para valores de 2020.

Nas quatro eleições utilizadas nesse estudo, houve em média 16.392 candidatos a prefeito em cada ano eleitoral, resultando em uma média de 2,9 candidatos por município. Na eleição de 2004, os candidatos que possuem como ocupação “Empresário” eram 1.006 (6,2% do total). Em 2008, esse número aumentou para 1.517 (9,3%), em 2012 foram 1.929 (11,8%) e em 2016 chegou a 2.361 (13,6%). Percebe-se um aumento relevante da participação dos empresários na política, já que nesse período o número mais que duplicou, tanto em números absolutos quanto em proporção ao total de candidatos. O número de eleições que foram decididas entre um candidato empresário e um não empresário, ao longo desse período, foram 3.379, que é o tamanho final da amostra utilizada.

As diferenças observadas no gênero, PIB e cobertura vacinal não necessariamente implicam ameaças à estratégia de identificação desse estudo. Neste sentido, não é um problema que os grupos sejam diferentes na média dos grupos de maneira geral, mas é importante que essas características mudem

continuamente no *cut-off* da margem de votos. De toda forma, serão realizados testes de balanceamento das covariadas na próxima seção, assim como uma discussão mais completa acerca dos desafios empíricos que essa análise enfrenta.

2.2 Estratégia de identificação: RDD

Para estimar o efeito de eleger um empresário como prefeito na qualidade do governo local, não seria possível simplesmente estimar um modelo no qual o grupo de tratamento são todos os municípios que possuem prefeitos empresários e o grupo de controle são os que possuem um prefeito não-empresário, já que esses municípios podem ser diferentes em várias características observáveis e não observáveis. Sendo assim, temos um claro problema de endogeneidade nessa relação, qual seja, a eleição de prefeitos empresários pode estar correlacionada com características estabelecidas nos municípios que não são possíveis de controlar no estudo.

Nessa análise, é explorada a natureza quase aleatória das eleições acirradas, empregando um método conhecido como Desenho de Regressão de Descontinuidade (RDD). Essa metodologia é aplicada em casos em que o status de tratamento é função determinística e descontínua de uma variável, conhecida como variável *running*. No presente estudo, essa variável é a margem de votos (MV). Dessa forma, assume-se que o resultado de eleições muito acirradas é tão satisfatório quanto aleatório, e os candidatos não podem manipular sua margem de votos precisamente no *cut-off*, onde MV=0. Referimos o leitor à Imbens e Lemieux (2008), para um tratamento mais completo sobre RDD.

São utilizadas apenas disputas nas quais, dentre os dois candidatos mais votados, um é empresário e o outro é não-empresário. Utilizando apenas essas duas observações, é calculada a variável *running* de cada município, que é a margem de votos do candidato empresário menos a do candidato não-empresário. Logo, quando ela é positiva, implica na eleição de um candidato empresário como prefeito, e quando é negativa, o outro candidato torna-se prefeito daquele município. Dessa forma, pode-se definir o tratamento:

$$Empresário_{it} = 1[MV > 0] \quad (1)$$

O Efeito de Tratamento Médio Local (LATE) de ter um prefeito empresário no resultado Y_{it} é definido como:

$$LATE = \lim_{MV \rightarrow 0^+} Y_{it} - \lim_{MV \rightarrow 0^-} Y_{it} \quad (2)$$

Para acessar empiricamente esse efeito, é utilizada uma abordagem de regressão local e estimamos o seguinte modelo:

$$Y_i = \alpha + \tau E_{it} + \beta MV_{it} + \lambda MV_{it} E_{it} + \epsilon_i \quad (3)$$

onde Y_{it} é o resultado de interesse para o município i no mandato, t , α é o intercepto, E_{it} é uma *dummy* que assume valor 1 caso o município tenha um prefeito empresário, e 0 caso contrário, MV_{it} é a margem de votos do candidato empresário e ϵ_i é o termo de erro do modelo. A interação entre a margem de votos e a *dummy* de tratamento também é adicionada como controle. Por fim, τ é o coeficiente de interesse, que indica o efeito de eleger um prefeito empresário.

A equação 3 é estimada em uma abordagem não paramétrica usando regressões polinomiais locais, nas quais as observações recebem diferentes pesos, que são computados por uma função kernel triangular, que atribui maior relevância às observações mais próximas do *cut-off*. É realizada uma estimação de Y_{it} em MV_{it} usando apenas observações que atendam um intervalo $MV_{it} \in [-h, +h]$. Esse intervalo, referido daqui em diante como *bandwith*, é calculado através do método MSERD³ proposto por Calonico *et al.* (2019). A especificação principal desse estudo utiliza um polinômio linear para a variável *running* e utiliza os estimadores de intervalos de confiança robustos conforme Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). Como testes de robustez, também são apresentados resultados utilizando *bandwidths* que são metade e o dobro das ótimas, assim como uma outra especificação com polinômio quadrático. Todas as estimativas possuem erros-padrão clusterizados a nível de município.

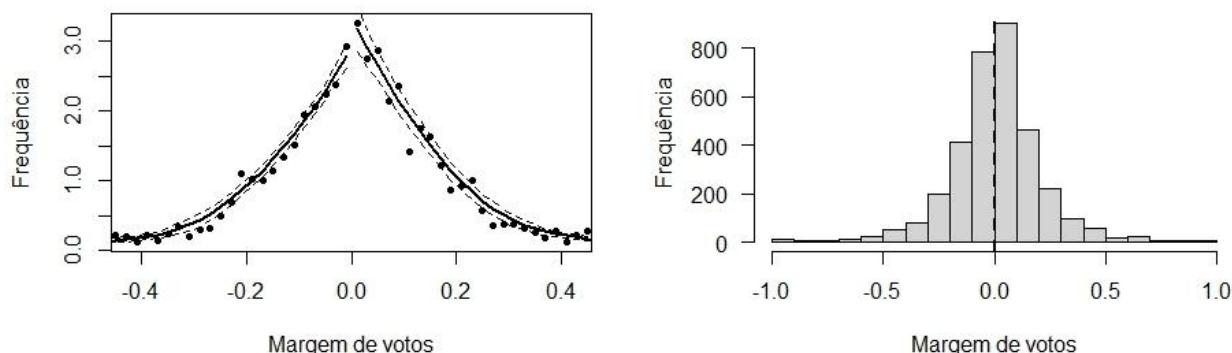
³ Algoritmo de escolha baseado na amostra, desenvolvido para reduzir o viés potencial. As *bandwidths* escolhidas são as que minimizam o erro quadrático médio assintótico da estimativa.

3. Resultados

3.1 Testes de validação

A estratégia empírica do estudo requer que os candidatos não consigam manipular sua margem de votos precisamente no *cut-off*. Se isso acontecer, significa que os candidatos conseguem manipular deliberadamente sua participação no grupo de tratamento ou de controle. Para testar essa hipótese, analisa-se visualmente o histograma da margem de votos para observar se existe uma massa de candidatos empresários desproporcional em algum dos lados do *cut-off*, além de realizar-se o teste de McCrary (2008).

Figura 1 – Verificação de manipulação do tratamento



Nota: A figura da esquerda é o teste de McCrary (2008), que estima separadamente um kernel ponderado do log da densidade da variável running em ambos os lados do *cut-off*. A estimativa da diferença é 0,134 com erro padrão 0,074 e o p-Valor 0,076. Tamanhos dos bins e *bandwidths* são calculados conforme McCrary (2008). A figura da direita é um histograma simples.

Como pode ser visto na figura 1, há uma diferença na quantidade de candidatos ao redor do *cut-off*. Contudo, a estimativa da diferença é significante ao nível de 10%, mas não ao nível 5%, de acordo com as estatísticas reportadas na nota da figura (p-Valor: 0,076). Dessa forma, mesmo levando em consideração que o ambiente em questão não é ideal, devido à existência de uma fraca evidência de manipulação, considera-se que isso não é relevante, uma vez que é o padrão utilizado na literatura é 5% de significância. Nessa discussão, Gerard, Rokkanen, & Rothe (2020) demonstram que os efeitos de tratamento tendem a permanecer parcialmente identificados, mesmo com a manipulação de uma variável de tratamento. Adicionalmente, o uso de *bandwidths* com tamanhos variáveis e a análise visual dos gráficos dos resultados pode auxiliar a descartar a fraca

evidência de manipulação como sendo um ponto para invalidação da estratégia adotada.

Prosseguindo com as verificações, deve-se testar o balanceamento das covariadas ao longo do *cut-off*, onde $MV = 0$. Na figura 2, há três descontinuidades relevantes em termos visuais, que são as dos gráficos (a) probabilidade de ser homem, (d) população e (f) probabilidade de os municípios serem do Sul ou do Sudeste. É importante ressaltar que a análise visual destes gráficos serve apenas de análise acessória à uma estimação mais robusta e neste sentido, não possui necessariamente validade estatística. Sendo assim, é importante não tirar maiores conclusões a partir desta análise.

Tabela 2 – Testes de balanceamento das covariadas

	Valor do Bandwidth (1)	Bandwidth ótimo (2)	1/2 Bandwidth ótimo (3)	2x Bandwidth ótimo (4)
Homem (%)	12,0 [N=1.882]	-0,005 (0,021)	-0,015 (0,024)	0,011 (0,018)
Ensino Superior (%)	14,7 [N=2.157]	0,031 (0,040)	0,025 (0,054)	0,011 (0,031)
Ensino Médio (%)	14,7 [N=2.164]	0,013 (0,036)	0,017 (0,050)	-0,005 (0,028)
População	8,3 [N=1.433]	-12.161*** (4.356)	-14.356** (5.847)	-8.624** (3.461)
PIB per capita	15,5 [N=1.243]	-1.026 (1.816)	-1.729 (2.575)	-0,743 (1.420)
Prob. sul ou sudeste	19,3 [N=2.509]	-0,035 (0,041)	-0,053 (0,055)	-0,040 (0,035)

Nota: a definição das variáveis segue o mesmo padrão apresentado na figura 1, com exceção do PIB *per capita*, que aqui está em valores absolutos. A coluna (1) apresenta o *bandwidth* ótimo definido conforme Calonico *et al.* (2019); o valor é o percentual da amostra total utilizado na estimação com o respectivo número de observações entre colchetes. A coluna (2) apresenta a estimativa do coeficiente utilizando esse *bandwidth* ótimo. As colunas (3) e (4) repetem o exercício com metade e o dobro do ótimo.

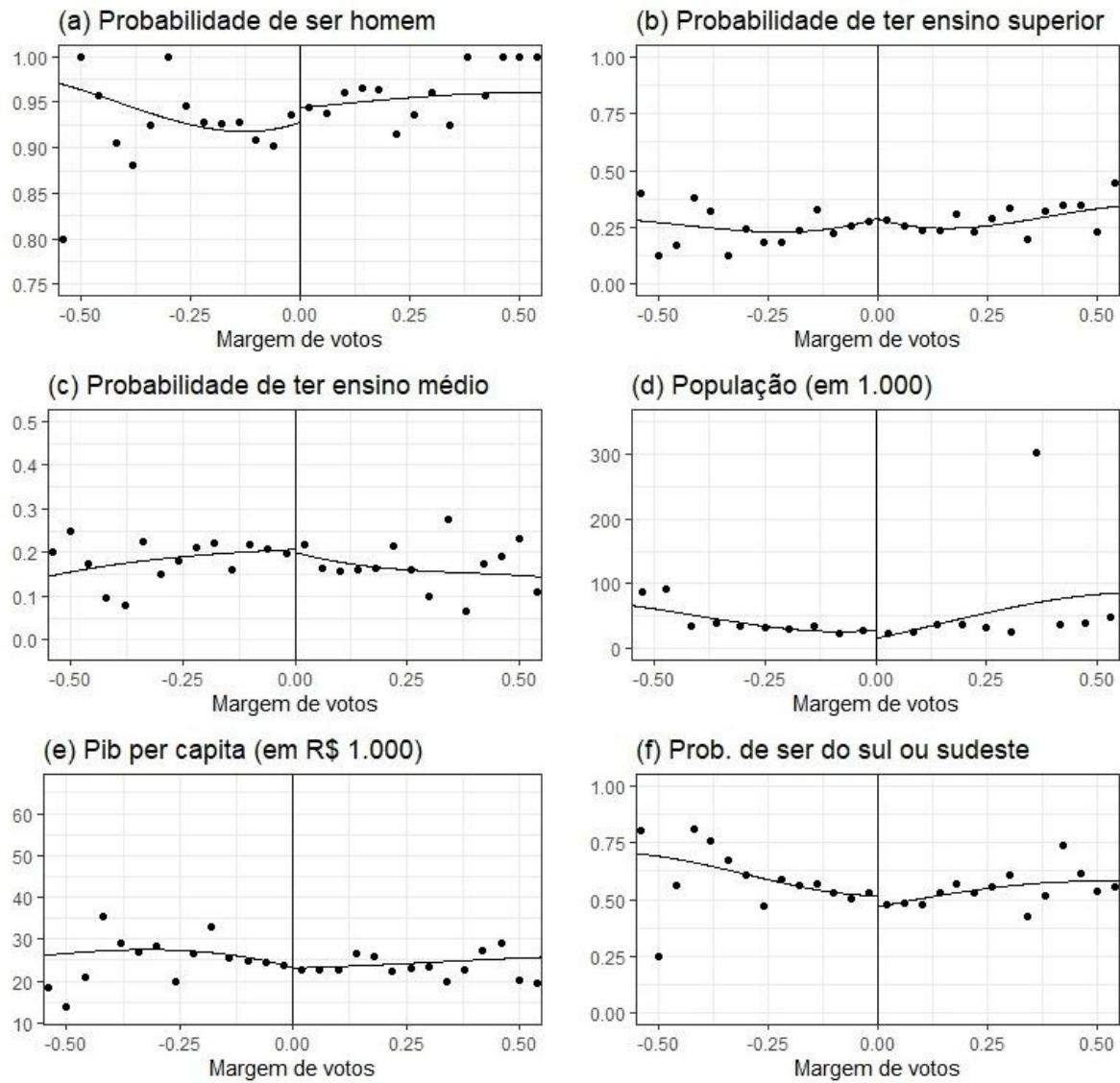
* Estatisticamente significante ao nível de 10%.

** Estatisticamente significante ao nível de 5%.

*** Estatisticamente significante ao nível de 1%.

Ao analisar os resultados dos testes de balanceamento das covariadas na tabela 2, uma das suspeitas levantadas pelos gráficos é confirmada: os municípios governados por prefeitos empresários são menos populosos do que os municípios governados por prefeitos não-empresários. Na estimação principal, o coeficiente é

de -12.161, e indica que os municípios do grupo de tratamento possuem menos habitantes. No entanto, a probabilidade de pertencer ao Sul ou ao Sudeste não é estatisticamente significativa nas especificações adotadas. De toda forma, esses resultados levantam suspeitas a respeito da estratégia de identificação de efeito causal e indicam que os resultados das estimativas principais poderão ter algum viés. Dessa forma, para contornar essa preocupação, decidimos controlar as estimativas representadas na equação 3 pela população municipal.

Figura 2 – Testes de balanceamento das covariadas

Nota: os pontos são as médias locais da variável de resultado, calculadas dentro de intervalos definidos por quantis da variável *running*. As variáveis dependentes dos gráficos (a), (b), (c) e (f) são *dummies* que assumem, respectivamente, 1 quando o prefeito empresário é homem, tem ensino superior completo, tem ensino médio completo, e o município está em um estado da região sul ou sudeste. Os gráficos (c) e (e) tem como variável dependente a população municipal e o PIB *per capita* anual deflacionado para valores de 2020, respectivamente. As curvas são valores preditos da estimativa de um polinômio cúbico.

3.2 Resultados principais

Na tabela 3, estão dispostos os resultados principais do presente estudo. Todas as estimativas foram realizadas utilizando um polinômio linear em ambos os lados do *cut-off*. Também são apresentados resultados utilizando a metade e o

dobro do tamanho dos *bandwidths* ótimos. Os resultados da especificação principal estão na coluna (2).

A primeira variável examinada é a arrecadação média de IPTU *per capita*. Na especificação com *bandwidth* ótimo, observa-se uma estimativa de redução de R\$1.353 na arrecadação em municípios com prefeitos empresários, resultado que é estatisticamente significante ao nível de 10%. Quando se utiliza o dobro do *bandwidth* ótimo (coluna 4), a estimativa aponta para uma redução de R\$831,9, também com significância a 10%. Contudo, ao empregar metade do *bandwidth* ótimo, o coeficiente estimado de -R\$1.977 não apresenta significância estatística.

A significância estatística ao nível de 10% é um critério menos restritivo que o nível de 5%. A variação na significância dos coeficientes entre as diferentes especificações de *bandwidth*, com significância a 10% em duas delas e ausência na terceira, sugere cautela na interpretação da existência de um efeito. Diante da ausência de significância a 5% em qualquer especificação e da inconsistência observada, a análise indica que não há uma diferença estatisticamente robusta e consistente na arrecadação de IPTU atribuível à presença de prefeitos empresários.

Considerando a variável de gastos com educação, os coeficientes estimados para o efeito de ter um prefeito empresário foram de -R\$ 41,7 (*bandwidth* ótimo), -R\$ 36,94 (metade do *bandwidth* ótimo) e -R\$ 28,9 (dobro do *bandwidth* ótimo). Notadamente, nenhuma dessas estimativas demonstrou significância estatística, mesmo ao nível de 10%, em qualquer das especificações testadas. Assim, a análise dos dados não aponta para uma diferença estatisticamente discernível nos gastos *per capita* com educação entre municípios geridos por prefeitos empresários e aqueles que possuem gestores com outros perfis.

Tabela 3 – Efeito de ter prefeito empresário

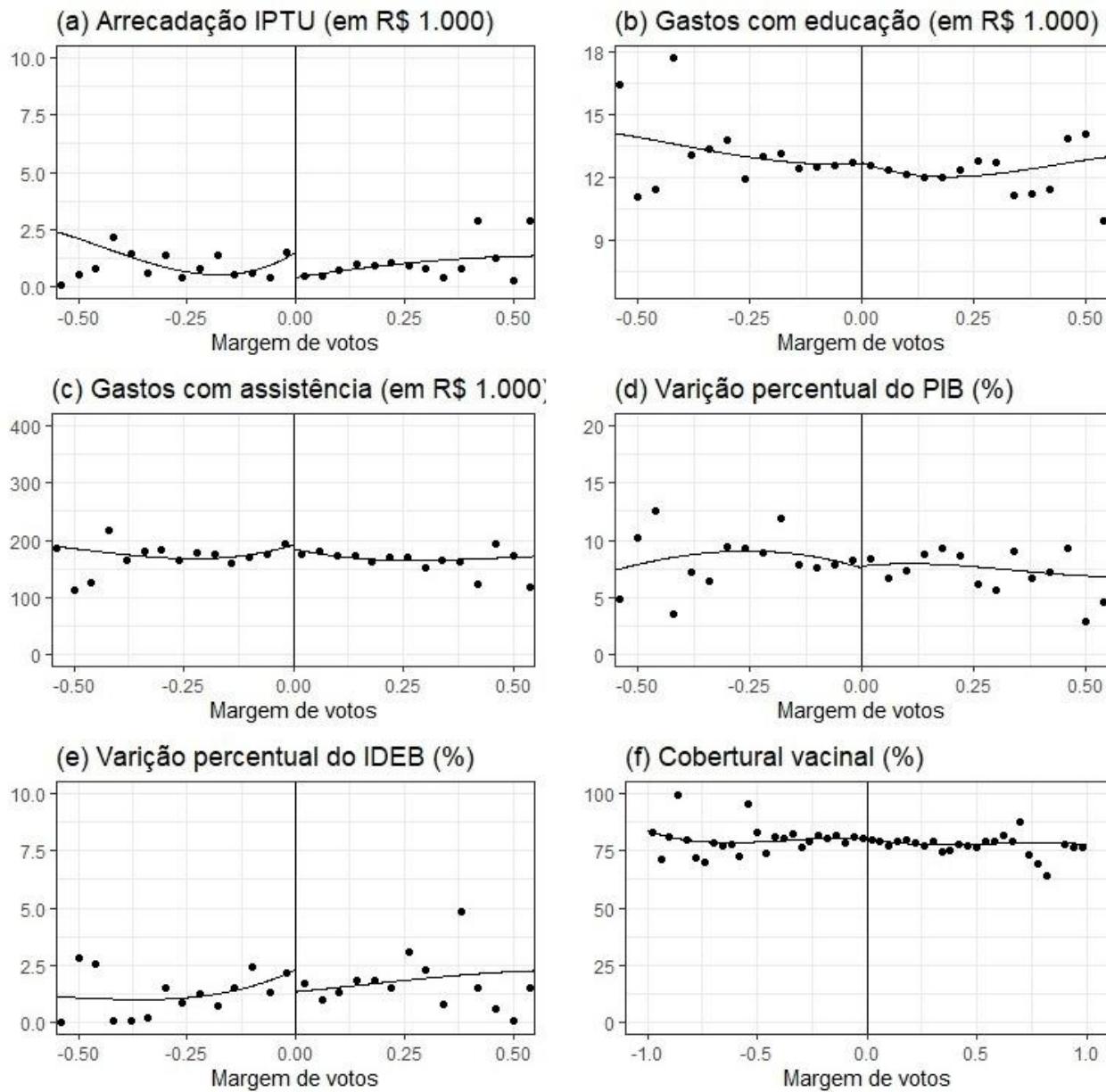
	Valor do Bandwidth (1)	Bandwidth ótimo (2)	1/2 Bandwidth ótimo (3)	2x Bandwidth ótimo (4)
Arrecadação IPTU (R\$) [N=1.941]	16,9 [N=1.941]	-1.353* (740,9)	-1.977 (2.764)	-831,9* (509,1)
Gastos Educação (R\$) [N=1.700]	16,2 [N=1.700]	-41,7 (58,4)	-36,94 (85,3)	-28,9 (43,7)
Gastos Assistência (R\$) [N=1.726]	16,6 [N=1.726]	-25,3 (20,2)	-32,1 (32,7)	-13,7 (14,2)
Δ PIB	16,1 [N=2.290]	-0,254 (1,323)	1,096 (1,742)	-0,002 (1,071)
Δ IDEB	17 [N=1.548]	-0,622 (0,783)	-0,778 (1,106)	-0,828 (0,588)
Cobertura Vacinal [N=2.214]	15,2 [N=2.214]	-0,528 (1,401)	0,427 (2,081)	-0,759 (1,082)

Nota: erros-padrão clusterizados a nível de município entre parênteses. As variáveis monetárias estão em termos per capita. As demais variáveis estão definidas como na tabela 1. Os *bandwidths* ótimos são computados através do método MSERD, com o respectivo número de observações entre colchetes. Ainda, como recomendado por Lee e Lemieux (2010), foram realizados um conjunto de testes-F comparando especificações lineares à quadráticas. Os p-valores encontrados não foram significantes, indicando que as especificações lineares são suficientes e mais parcimoniosas para estimar efeito de tratamento.

* Estatisticamente significante ao nível de 10%.

** Estatisticamente significante ao nível de 5%.

*** Estatisticamente significante ao nível de 1%.

Figura 3 – Efeito de ter prefeito empresário

Nota: os pontos são médias locais da variável de resultado, calculadas dentro de intervalos definidos por quantis da variável *running*. As variáveis dependentes dos gráficos (a), (b) e (c) são valores em reais. As variáveis dos gráficos (d) e (e) são variações percentuais em valores decimais. E a última, (f), é a taxa de cobertura vacinal conforme definição na subseção 2.1. As curvas são valores preditos da estimação de um polinômio cúbico.

Seguindo a mesma linha de análise, um padrão de ausência de efeitos estatisticamente significantes é observado para as demais variáveis investigadas. No caso dos gastos com assistência social, os coeficientes estimados foram de -R\$ 25,3 (*bandwidth* ótimo), -R\$ 32,1 (metade do *bandwidth* ótimo) e -R\$ 13,7 (dobro do *bandwidth* ótimo). Para a variação do Produto Interno Bruto (Δ PIB), as

estimativas foram de -0,254, +1,096 e -0,002, respectivamente, para as três especificações de *bandwidth*. Similarmente, para a variação do IDEB (Δ IDEB), os valores foram de -0,622, -0,778 e -0,828, e para a cobertura vacinal, os coeficientes foram de -0,528, +0,427 e -0,759. Portanto, em nenhuma dessas quatro variáveis, e em nenhuma das especificações de *bandwidth* utilizadas, os coeficientes apresentaram significância estatística, sequer ao nível de 10%. Esta ausência generalizada de significância impede a identificação de um impacto estatisticamente robusto da gestão de prefeitos com perfil empresarial sobre esses indicadores socioeconômicos e de saúde nos municípios analisados.

Em suma, a análise dos resultados não permite concluir que prefeitos com experiência prévia como empresários apresentem um desempenho distinto dos demais gestores municipais. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em variáveis de desenvolvimento econômico, como o crescimento do PIB, nem em indicadores de desenvolvimento social, como os gastos com educação e assistência ou a nota do IDEB. Adicionalmente, também não se observou efeito sobre o índice de cobertura vacinal, utilizado como *proxy* para a qualidade da saúde municipal. Dessa forma, para o conjunto de dados examinados, o histórico empresarial do prefeito não se mostrou um fator de diferenciação nos resultados.

3.3 Conexão dos resultados com a literatura

A constatação de que o perfil empresarial do gestor municipal não se traduziu em diferenças significativas na arrecadação de IPTU, nos gastos com educação e assistência social, na variação do PIB, no IDEB ou na cobertura vacinal merece ser contextualizada à luz da literatura existente sobre as características dos políticos, a equivalência de habilidades entre os setores e, crucialmente, as particularidades do ambiente institucional e de gestão dos municípios brasileiros.

Uma vertente da literatura tem se dedicado a investigar como as características individuais dos políticos, incluindo sua trajetória profissional, afetam as políticas públicas e o desempenho governamental. Alguns estudos, por exemplo, sugerem que políticos com experiência no setor privado podem trazer consigo uma orientação para a eficiência e obtenção de resultados (Besley e Coate, 2003). No entanto, a evidência empírica não é unívoca e frequentemente aponta para a importância do contexto. A transposição direta dessas qualidades para o

setor público, com suas múltiplas partes interessadas, objetivos diversos e restrições orçamentárias e legais, é complexa.

A ausência de efeitos significativos no contexto brasileiro, como aponta este estudo, pode ser parcialmente explicada pelas restrições institucionais e fiscais que moldam a gestão municipal no país. A literatura sobre federalismo fiscal no Brasil frequentemente destaca a limitada autonomia dos municípios na arrecadação de receitas próprias e sua forte dependência de transferências intergovernamentais (Haeberlin; Parsqualini, 2022; Arvate *et al.*, 2015; Arretche, 2012; Mattos *et al.*, 2011; Mendes, 2004). Essa dependência pode restringir a margem de manobra dos prefeitos para implementar políticas inovadoras ou realocar recursos de forma substancial, independentemente de seu *background* ou orientação gerencial. Em um ambiente onde grande parte das despesas já está vinculada constitucionalmente (como em educação e saúde) e as receitas são largamente definidas por instâncias superiores de governo, o "efeito-prefeito" pode ser atenuado.

Em linha com a investigação sobre o impacto das características dos prefeitos nos resultados municipais, Rocha *et al.* (2018) avalia o papel da educação, experiência e gênero dos prefeitos sobre indicadores fiscais em municípios brasileiros. Os autores encontram evidências de que prefeitos com mais experiência e maior nível de educação tendem a dedicar uma fração menor do orçamento a despesas correntes e com pessoal, sugerindo uma preocupação com a qualidade das finanças públicas. Adicionalmente, prefeitos com maior escolaridade demonstraram serem mais hábeis na negociação de transferências discricionárias. Esses resultados indicam que certas características observáveis dos gestores podem, de fato, influenciar a gestão fiscal municipal no Brasil. Este achado contrasta com a ausência de efeitos do *background* empresarial específico encontrada no presente estudo, sugerindo que diferentes dimensões do perfil de um prefeito (educação formal e experiência no setor público vs. experiência empresarial geral) podem ter impactos distintos, ou, que os mecanismos através dos quais essas características operam variam.

Finalmente, a metodologia de Regressão Descontínua (RDD), ao explorar eleições decididas por margem mínima de votos, oferece uma estratégia apropriada para a inferência causal dos possíveis efeitos de ter um prefeito com determinado perfil. A consistência dos achados nulos em diversas especificações de *bandwidths*, como reportado neste estudo, reforça a conclusão de que, para o

universo de municípios e o período analisado, o histórico empresarial do prefeito não foi um fator preponderante na determinação dos resultados analisados. Este resultado contribui para um crescente corpo de literatura que busca compreender os determinantes do desempenho governamental local, sugerindo que, no complexo cenário brasileiro, fatores institucionais, fiscais e de capacidade administrativa podem ter um peso mais significativo do que o perfil ocupacional prévio do gestor.

4. Considerações finais

A crescente participação de indivíduos com experiência prévia no setor empresarial em cargos políticos é um fenômeno contemporâneo relevante, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Frequentemente, essa ascensão é acompanhada por uma narrativa que postula que suas experiências com habilidades gerenciais e visão de negócios se traduziriam em uma administração pública mais eficiente e eficaz. Este estudo foi estruturado com o objetivo de investigar empiricamente essa premissa, questionando se o perfil empresarial de prefeitos eleitos de fato se converte em um desempenho governamental distinto dos demais, no cenário da política local brasileira. A literatura recente em economia política tem consistentemente demonstrado que o perfil do candidato eleito – seja em termos de gênero, idade, ou nível de escolaridade – de fato importa para o tipo de política implementada e para a performance administrativa. Este trabalho se insere nessa literatura, focando especificamente na característica "experiência empresarial".

Para atender ao objetivo do estudo, foi empregado um Desenho de Regressão de Descontinuidade (RDD) aplicado a eleições municipais acirradas no Brasil, uma metodologia que permite inferências mais robustas sobre o efeito causal do tratamento em contextos quase-experimentais. Comparamos municípios onde um candidato empresário foi eleito por uma margem mínima de votos com aqueles onde um candidato de outro perfil venceu sob circunstâncias eleitorais similares. A análise incluiu um conjunto diversificado de variáveis de resultado, incluindo indicadores fiscais (arrecadação de IPTU per capita), alocação de recursos em áreas sociais (gastos com educação e assistência social per capita), qualidade da educação (variação do IDEB), desenvolvimento econômico local (variação do PIB) e um indicador de saúde pública (cobertura vacinal). Os

resultados documentados neste estudo consistentemente apontam para a ausência de diferenças estatisticamente significativas no desempenho administrativo ou nos resultados de políticas públicas que possam ser atribuídas ao fato de o prefeito possuir um histórico profissional como empresário.

A principal contribuição deste artigo reside no fornecimento de evidências que contestam a premissa de que políticos com experiência empresarial seriam gestores públicos mais eficientes, ao menos no conjunto de variáveis analisadas neste estudo. Para o eleitorado, esta pesquisa sugere que a experiência prévia como empresário, isoladamente, não deve ser considerada garantia de uma gestão mais qualificada, incentivando uma avaliação mais ampla e crítica das diversas características e propostas dos candidatos.

É importante reconhecer as limitações deste estudo. Esta metodologia utiliza uma amostra específica de eleições acirradas, e os seus resultados não devem ser considerados verdade para todos os municípios do país. Ademais, existe também a complexidade inerente à mensuração da "qualidade da gestão". Não obstante, os resultados encontrados abrem caminhos para investigações futuras, que poderiam explorar, por exemplo, se diferentes tipos de experiência empresarial (ramo de atuação, porte da empresa), o tempo de experiência, ou a combinação com outras características pessoais poderiam levar a resultados diferentes. Aprofundar a compreensão sobre quais atributos e contextos moldam um bom gestor público continua sendo uma agenda de pesquisa fundamental para o fortalecimento da democracia.

Referências

- ALESINA, A. F.; TROIANO, U.; CASSIDY, T. Old and young politicians. *Economica*, v. 86, n. 344, 2019.
- ARVATE, P. R.; MATTOS, E.; ROCHA, F. Intergovernmental transfers and public spending in Brazilian municipalities. *Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas* (2015).
- BESLEY, T.; MONTALVO, J. G.; REYNAL-QUEROL, M. Do educated leaders matter? *The Economic Journal*, v. 121, n. 554, p. F205–227, 2011.

BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, v. 122, p. 28–45, 2016.

CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; FARRELL, R. T. Regression discontinuity designs using covariates. *Review of Economics and Statistics*, v. 101, n. 3, p. 442–451, 2019.

CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; TITIUNIK, R. Robust nonparametric confidence intervals for regression-discontinuity designs. *Econometrica*, v. 82, n. 6, p. 2295–2326, 2014.

CLAESSENS, S.; FEIJEN, E.; LAEVEN, L. Political connections and preferential access to finance: The role of campaign contributions. *Journal of Financial Economics*, v. 88, n. 3, p. 554–580, 2008.

DREHER, A. *et al.* The impact of political leaders' profession and education on reforms. *Journal of comparative economics*, v. 37, n. 1, p. 169–193, 2009.

FACCIO, M. Politically connected firms. *American economic review*, v. 96, n. 1, p. 369–386, 2006.

FACCIO, M.; MASULIS, R. W.; MCCONNELL, J. J. Political connections and corporate bailouts. *The journal of Finance*, v. 61, n. 6, p. 2597–2635, 2006.

FENG, X.; JOHANSSON, A. C.; ZHANG, T. Mixing business with politics: Political participation by entrepreneurs in china. *Journal of Banking & Finance*, v. 59, p. 220–235, 2015.

FISMAN, R. Estimating the value of political connections. *American Economic Review*, v. 91, n. 4, p. 1095–1102, 2001.

GEHLBACH, S.; SONIN, K.; ZHURAVSKAYA, E. Businessman candidates. *American Journal of Political Science*, v. 54, n. 3, p. 718–736, 2010.

GERARD, F.; MIIKA, R.; CHRISTOPH, R. Bounds on treatment effects in regression discontinuity designs with a manipulated running variable. *Quantitative Economics*, n. 3, 2020.

HAEBERLIN, M.; e ALEXANDRE, P. Apontando a falsa autonomia dos Municípios brasileiros: a “qualidade da Federação” traçada pelo Estado de Direito e seu impacto na promoção do bem comum. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 9, n. 3, 2022.

IMBENS, G. W.; LEMIEUX, T. Regression discontinuity designs: A guide to practice. *Journal of econometrics*, v. 142, n. 2, 2008.

MATTOS, E.; ROCHA, F.; ARVATE, P. Flypaper effect revisited: evidence for tax collection efficiency in Brazilian municipalities. *Estudos Econômicos*, v. 41, 2011.

MCCRARY, J. Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. *Journal of econometrics*, v. 142, n. 2, p. 698–714, 2008.

NEUMEIER, F. Do businessmen make good governors? *Economic Inquiry*, v. 56, n. 4, 2018.

ROCHA, F.; VERONICA, I. F. O.; BUGARIN, K. Elected in a close race: Mayor's characteristics and local public finances. *EconomiA*, n. 2, 2018.